



Levando o Direito aos internos de uma clínica de reabilitação: uma prática curricular de extensão no Barreiro

André Luís Gonçalves¹
Amanda Sabrine Lisboa²
Ana Luiza Freitas Rodrigues³
Denis Mateus Silva de Farias⁴
Isabella Carolina de Souza Dias⁵
Kathleen Pfeifeer Carmona Machado⁶
Larissa Lara Lopes⁷
Leonardo Marcel de Oliveira⁸
Nayara Cristina Ferreira⁹
Paulo Henrique de Amorim Novais¹⁰
Tiago Soares Leite¹¹

Palavras-Chave: Direito. Prática de Extensão. Clínica de reabilitação. Defensoria Pública.

Contextualização

A Extensão Universitária na PUC Minas é parte do fazer acadêmico, na medida em que mantém uma integração com o ensino e a pesquisa. O conhecimento produzido na extensão segue a linha dialógica de Paulo Freire, cujos atores envolvidos são alunos, professores e sociedade. A prática curricular de extensão na disciplina é uma das modalidades de Extensão que favorece o compromisso com a transformação tanto da sociedade, como dos pontos de vista teóricos e metodológicos existentes. Com este propósito, os alunos do primeiro período do curso de Direito, turno da noite, na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, segundo semestre de 2014, da unidade Barreiro realizaram uma prática de extensão intitulada “Levando o Direito aos internos da clínica de reabilitação” numa Clínica particular contra a dependência de

¹ Coordenador de Extensão do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: basquiatpuc@hotmail.com

² Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: alisboa@gattecnologia.com.br

³ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: anafrgc@hotmail.com

⁴ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: denismateus@2011@hotmail.com

⁵ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: bellusk@hotmail.com

⁶ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: kathleenpfeifeer@gmail.com

⁷ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: lari_loopes@hotmail.com

⁸ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: leomarchel@hotmail.com

⁹ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: nay.cris06@gmail.com

¹⁰ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: paulo.novais@yahoo.com.br

¹¹ Discente do curso de Direito PUC-Minas Barreiro E-mail: tiagoleite.cma@gmail.com

álcool e drogas. A clínica de recuperação existe há treze anos na cidade de Sarzedo, MG, e é mantida um projeto intitulado “Projeto Reestruturando Vidas”.

Participaram do diagnóstico dez internos do sexo masculino, com idade entre 17 a 72 anos, sendo três casados, um divorciado e seis solteiros. Os dez participantes buscaram tratamento por livre e espontânea vontade. O prazo médio de recuperação dos internos é de seis meses e segue a direção e orientação de um pastor evangélico. Segundo o diretor da clínica, três a cada dez internos se recuperam totalmente após se submeterem à internação.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos foram previamente discutidos em sala entre o professor e alunos da disciplina, que definiram como propósito do trabalho:

- Ampliar o campo de discussão dos problemas sociais a partir da realidade e da pesquisa literária;
- Estimular a produção de conhecimentos a partir de uma postura dialógica, envolvendo professor, alunos e sociedade;
- Socializar o conhecimento adquirido na Universidade sobre os benefícios da Defensoria Pública na garantia da assistência jurídica gratuita e acesso à justiça, para quem não tem condições de pagar um advogado;
- Produzir um resumo contendo informações sobre a realidade encontrada e a contribuição da prática de extensão na formação universitária.

Metodologia

Durante a prática foi feita uma visita *in loco*, seguida de um diagnóstico situacional, por um grupo de alunos, que aplicaram um questionário semiestruturado, cujas questões foram:

1. Você conhece seus direitos?
2. Você recebe ajuda financeira do governo para o seu tratamento?
3. A família acompanha seu tratamento?
4. Já recorreu a advogado alguma vez para a solução de conflitos?
5. Onde busca auxílio com mais frequência para o seu tratamento: na ciência, no Direito, ou na fé religiosa?

6. Qual o custo médio mensal para o seu tratamento?

O resultado do diagnóstico foi tabulado, analisado e discutido em sala com a orientação do professor da disciplina. Após a discussão foram definidos os problemas que mereciam ser investigados com maior profundidade na literatura, com a finalidade de produzir um material informativo para os internos da clínica. As informações organizadas e oferecidas aos recuperandos foram colhidas dos materiais disponíveis na literatura e na Internet a respeito da finalidade da Defensoria Pública na garantia de direitos ao cidadão.

Análise dos resultados

Cada recuperando da clínica respondeu seis questões semiestruturadas que serão apresentadas e analisadas a seguir.

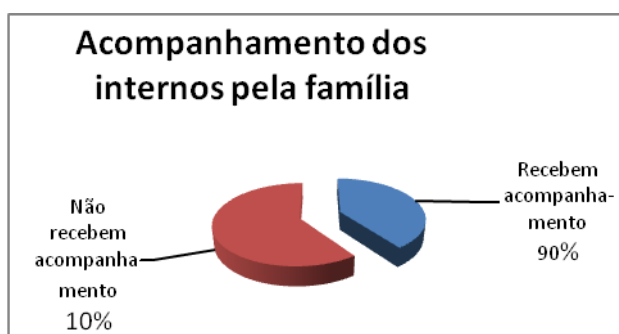
1- Você conhece seus direitos?



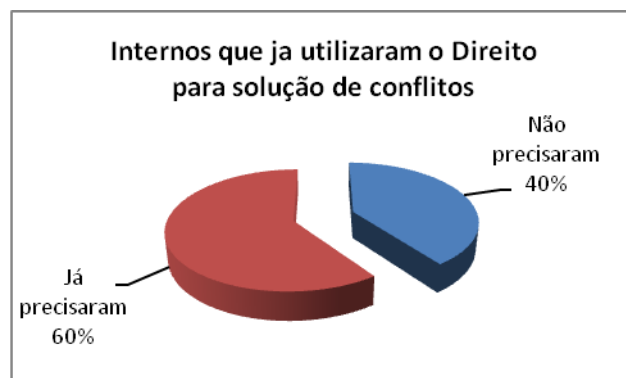
2- Você recebe ajuda financeira do governo para o seu tratamento?

Foi possível perceber que nenhum dos internos recebe ajuda financeira do governo no custeio do tratamento. Neste cenário, 40% pagam seu próprio tratamento e 60% recebem ajuda financeira de terceiros.

3- A família acompanha seu tratamento?



4- Já precisou de advogado alguma vez para a solução de conflitos?



5- Onde busca auxílio com mais frequência para o seu tratamento: na ciência, no Direito, ou na fé religiosa?

Observamos que todos os internos entrevistados recorrem mais à fé no tratamento contra a dependência do que à ciência e ao Direito. Apenas uma pessoa disse encontrar no Direito auxílio no tratamento.

6- Qual o custo médio mensal do seu tratamento?

O custo mensal do tratamento varia entre 500 a 800 reais para cada interno.

Após a análise das respostas do diagnóstico, os alunos revisitaram a literatura e produziram uma cartilha informativa sobre os direitos do cidadão garantidos pela Defensoria Pública. As questões elaboradas e respondidas na cartilha oferecida aos recuperandos foram:

- 1) O que é a Defensoria Pública?
- 2) Em quais situações a Defensoria Pública pode beneficiar o cidadão?
- 3) Onde posso encontrar a Defensoria Pública?
- 4) Quem pode ser amparado pela Defensoria Pública?

O público atendido se sentiu à vontade com o trabalho dos alunos e não demonstrou nenhum tipo de resistência em relação ao diagnóstico e nem às informações prestadas na cartilha.

Conclusões

Foi possível perceber que durante a execução da prática curricular de extensão, a maior dificuldade encontrada pelos alunos foi na gestão dos conflitos entre os próprios colegas com relação à divisão das tarefas em grupo. Um dos aspectos positivos apontados pelos alunos foi o acolhimento dado a eles, pelos internos e pelo diretor da clínica. De acordo com a avaliação do pastor, diretor e orientador da clínica, as informações prestadas aos recuperandos e o envolvimento dos alunos com o trabalho foi muito satisfatória.

Conclui-se, portanto, que os usuários de drogas e álcool não são diferentes das outras pessoas em termos de direitos à saúde, educação, segurança, dentre outros. Percebe-se que por mais que a vida destes recuperandos os tenha conduzido ao sofrimento e dependência, continuam sendo cidadãos e devem ser tratados como tal, apesar de sofrerem preconceito da sociedade por terem algum tipo de dependência química. Do ponto de vista da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, a prática de extensão ampliou o espaço de discussão dos alunos em sala a respeito dos temas tratados, favorecendo a pesquisa científica e propiciando a construção dialógica de conhecimentos. Esta construção ajudou a transformar a realidade tanto da sociedade, quanto do professor e alunos em relação às metodologias aplicadas no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CIDADANIA JUDICIÁRIA. **O que é ser cidadão?** 2015. O papel do judiciário no século XXI. Universidade Aberta do Nordeste. Disponível em: <http://fdr.com.br/cidadaniajudiciaria/apresentacao>. Acesso em: 08 jul. 2015.

EUFRASIO, Marcelo Alves Pereira. **Filosofia do Direito:** a cidadania em Rousseau e Marx. 2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=488. Acesso em: 08 jul. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEHFELD, Lucas de Souza; FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo. **Monografia jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. São Paulo: Método, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do Direito. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão da PUC Minas**. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. 2012-2016. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20140811180151.pdf. Acesso em: 08 jul. 2015.

PRUDENTE, Lorena Fernandes Almeida. **Direito à cidadania**: uma construção da indignação humana. 2015. Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-5/241-direito-a-cidadania-uma-construcao-da-indignacao-humana-lorena-fernandes-almeida-prudente>. Acesso em: 08 jul. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.